Comentários à Consulta Publica n.º 132 da ERSE

Plano de Desenvolvimento e Investimento na RNTIAT para o período 2026-2035 (PDIRG 2025)

20 junho de 2025

Regulação

1. Introdução

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) deu início à Consulta Pública n.º 132 para o "**Plano de Desenvolvimento e Investimento na rede nacional de transporte, infraestruturas de armazenamento e terminais de GNL (RNTIAT) para o período 2026-2035 (PDIRG 2025)**" com o intuito de elaborar o relatório da Consulta Pública e emitir o Parecer à proposta de PDIRG 2025. Este Plano foi apresentado à ERSE pelo operador da rede de transporte de gás.

Face ao exposto, cabe à IBERDROLA, enquanto parte integrante e relevante *stakeholder* do setor energético nacional, com um papel ativo e dinâmico no setor elétrico e do gás, participar na presente Consulta Pública n.º 132, com o intuito de contribuir, com a sua perspectiva, para uma dinâmica equilibrada do setor relativamente ao desenvolvimento e investimento na rede nacional de transporte, infraestruturas de armazenamento e terminais de GNL de gás.

Neste sentido, deverão ser acautelados os investimentos futuros nas RNTIAT tendo em conta os dados disponíveis, as políticas públicas e a orientação da matriz energética do futuro nacional. Ou seja, a ERSE, na qualidade de regulador e apesar de não participar ativamente na definição de políticas públicas; desempenha neste contexto, um papel fundamental ao nível da necessária análise de médio e longo prazo sobre a evolução do setor do gás, tendo em conta os vários cenários e as políticas públicas europeias e nacionais.

Os vários planos nacionais de energia e clima, densificados em planos e estratégias nacionais de energia renováveis, produção de hidrogénio, *phasing-out* de tecnologias poluentes, e os demais apoios aos consumidores de energia, devem aportar visões, resultados e linhas orientadores e programáticas que culminam nos planos de investimentos nas redes. Ainda a esta propósito destacamos as orientações de política energética e respetivas metas nacionais estabelecidas pelo Governo no PNEC, no RNC, na Estratégia Nacional para o Hidrogénio (ENH2) e no Plano de Ação para o Biometano (PAB), para além das orientações e metas estabelecidas nos vários pacotes europeus.

Com base nessa análise deverá então ser construído o PDIRG 2025 para um total alinhamento estratégico com os designios nacionais.

2. Comentários

Antes de mais, clarificamos que a IBERDROLA reconhece a importância da rede nacional de transporte, infraestruturas de armazenamento e terminais de GNL, bem como dos desenvolvimentos e investimentos, para o setor energético nacional e o seu papel estratégico na transição energética. Orientados e totalmente alinhados com esta óptica, apresentamos o nosso contributo destacando os seguintes aspectos:

1. Sabe-se, que é previsível que venha a existir uma paulatina redução do consumo de gás porque os consumidores tendencialmente optarão por soluções de eletrificação, de energia térmica e de soluções de calor industrial de média temperatura. Por isso, antes de programar necessidades de infraestrutura é necessário **analisar, à *priori*, a efetiva procura necessária numa óptica holística sobre impacto dessa evolução**.

2. Na proposta de PDIRG 2023 considerou-se prematura a aprovação do montante de investimentos de 414 milhões de euros relativos aos "Projetos Complementares" associados a investimentos em projetos dedicados exclusivamente ao vetor energético Hidrogénio. Conhece-se hoje as **limitações da maturidade da tecnologia com recurso ao hidrogénio renovável (H2 verde)** que dificilmente substituirá o gás natural:

    a. A utilização do H2 verde é posto em causa na descarbonização de usos eletrificáveis como o consumo doméstico, no setor dos serviços, e em grande parte do consumo industrial, bem como no armazenamento – que como se sabe acarreta custos e elevado desenvolvimento tecnológico.

    b. Atualmente o H2 Verde já é introduzido na substituição do uso atual H2 cinzento e na descarbonização do transporte aéreo e aviação. A IBERDROLA tem em marcha projetos relevantes nestes segmentos específicos sendo já uns dos principais produtores de H2 Verde da Peninsula Ibérica.

c. É pois, com alguma propriedade e justiça de causa que, a IBERDROLA afirma que a construção de "hidrodutos" não justifica os investimentos programados porque o consumo de H2 Verde não se prevê que seja massivo e porque a alternativa é a de produzi-lo no local de consumo evitando transporte e armazenamento. Neste contexto sugere-se que seja feita uma análise de custo-benefício por uma entidade terceira independente.

d. O desenvolvimento do H2 Verde deve começar com o fornecimento *in loco* para clientes comprometidos com a descarbonização – em particular os clientes industriais. A mistura deve ser considerada como uma alternativa de último recurso, aliás, alinhada com o contexto europeu e nacional:

   - A Estratégia H2 na Europa considera que a mistura não é uma solução eficiente e dilui o seu potencial: *"a mistura é menos eficiente e diminui o valor do hidrogénio. A mistura também altera a qualidade do gás consumido na Europa e pode afetar a conceção da infraestrutura de gás, as aplicações dos utilizadores finais e a interoperabilidade do sistema transfronteiriço.*»

   - O H2 renovável é um produto muito escasso e valioso e a injeção de H2 Verde na atual rede de gás através do processo de mistura dilui o seu potencial efeito de descarbonização. É mais eficaz utilizar o H2 Verde disponível para descarbonizar uma utilização ou setor específico onde a redução é difícil.

e. Em qualquer caso, é unanime que o sector do gás deve financiar os custos associados às suas infra-estruturas. No entanto, não faz sentido injetar H2 Verde nas redes de gás, uma vez que produz um efeito de "*lock-in*" (dado que as redes de gás apenas admitem uma percentagem limitada de H2, chegando a um momento em que já não será possível introduzir mais H2 com a evidente necessidade de injetar mais gás natural).

3. A proposta de PDIRG 2025, para o período em apreciação, perspetiva o desenvolvimento de **projetos de investimentos nas três infraestruturas em alta pressão, designadamente a RNTG, o TGNL de Sines e o AS**. O montante global de investimentos que é proposto concretizar nas três infraestruturas pode ser dividido

em quatro principais blocos de projetos, ascendendo a **472,7 milhões de euros para o período de 10 anos, entre 2026 e 2035**. Neste âmbito consideramos que, a análise referida como necessária deve contemplar os **impactos tarifários e de funcionamento do sistema através de uma cuidada SWOT dos planos de investimento, orientada num referencial inequívoco de sustentabilidade funcional e operacional do SNG**.

4. A IBERDROLA considera que todos os planos de investimento, considerando a sua dimensão programática, devem espelhar análises de impacto e avaliações de competitividade que, no caso da *commodity* gás, não está suficientemente clara no presente Plano por comparação com as outras fontes e alternativas de energia nos referenciais de oferta e procura.

5. A proposta de PDIRG 2025 em termos de Projetos Base, totaliza cerca de **225,4 milhões de euros**, e a concretizar nos **10 anos do horizonte da proposta**. A questão subjacente sobre a adequadação destes investimentos, tem de ser enquadrada com a política energética nacional onde não se perspectiva um crescimento que justifique este aumento progressivo.

6. Na mesma proposta, somamos os Projetos Complementares associados a: i) construção de duas novas cavidades de armazenamento subterráneo num total de **98,6 milhões de euros;** e, ii) investimentos associados a projetos que permitam o "blending" entre gás natural e hidrogénio, num total de **111,2 milhões de euros.** Parece-nos desajustado e sindicável, apesar dos desígnios da política pública nacional para o setor da energia e respetiva estratégia de descarbonização do setor energético.

7. Então vejamos, a média do investimento entrado em exploração entre 2018 e 2023 (real), aprovado em sede de **PDIRGN 2017**, representa um montante de **8,7 M€/ano**, que passou para **9,4 M€/ano** com as aprovações autónomas. Se adicionarmos o conjunto de Projetos Base previstos na proposta de **PDIRG 2025 entre 2026 e 2030,** a média de investimento passa para **26 M€/ano**, subindo para **34 M€/ano** quando

considerados os projetos complementares. **Será adequado um projecto de investimento programado que implica um aumento de mais de metade face ao período da programação anterior?**

8. A razoabilidade dos cenários da evolução da procura na proposta de PDIRG 2025 é facilmente rebatível face à leitura dos dados reais e previsionais do setor. A evolução do consumo de gás natural em Portugal tem demonstrado uma **redução significativa nos últimos anos,** especialmente em 2023. Esta tendência é marcada não só pela diminuição no consumo de gás para produção de energia elétrica, devido ao aumento da produção de energia renovável, mas também por uma redução, embora menos expressiva, no consumo industrial e nas redes de distribuição.

9. Deseja-se que a política energética de descarbonização se consolide num mix energético equilibrado, de continuidade das energias renováveis e dos vectores energéticos que permitam a continuada eletrificação da economia. Os investimentos propostos no PDIRG 2025 são incoerentes com os cenários de evolução da procura em Portugal, e que a Iberdrola tem demonstrado ao longo dos últimos anos.

10. Também considera a Iberdrola que, apesar de considerar o hidrogénio um vector prioritário no desenvolvimento do mix energético futuro, que as soluções de *blending* são questionáveis atendendo os cenários de procura enquadráveis na imaturidade dos projectos de hidrogénio renovável para esse fim (como já demonstrámos nos pontos anteriores).

A IBERDROLA entende que é necessária uma atualização do Plano em relação aos cenários de procura, permitindo um necessário ajuste em função do quadro programático e evolutivo dos investimentos apresentados. Em resumo, a IBERDROLA considera que a proposta que está em Consulta Pública não reflete as necessidades atuais nem as de um futuro sustentável que, como sabemos, são baseadas em energias renováveis.